



n.2  
abr./jun.  
2017

# BOLETIM OPSA



# BOLETIM OPISA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPISA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPISA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

---

## Corpo Editorial

### Editora Executiva

Marianna Restum Antonio de Albuquerque

### Editor Adjunto

Murilo Gomes da Costa

### Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Leticia Pinheiro

### Editoria de Redação

André Pimentel Ferreira Leão

Andrés Londoño Niño

Diogo Ives de Quadros

Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

Leandro Wolpert dos Santos

Leonardo Albarello Weber

Marianna Restum Antonio de Albuquerque

Marília Closs

Murilo Gomes da Costa

Nicolle Garcia Berti



## Observatório Político Sul-Americano

[opsa.com.br](http://opsa.com.br)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Rua da Matriz, 82 - Botafogo  
Rio de Janeiro – RJ  
(21) 2266-8300

---

# Sumário

---

## EDITÓRIAL

**AO MESTRE E AMIGO MARCO AURÉLIO..... PÁGINA 04**

## ARTIGOS

**A CRISE VENEZUELANA E A POLARIZAÇÃO POLÍTICA NA  
OEA ..... PÁGINA 06**

**SUCESSÃO NO EQUADOR: PERSPECTIVAS PARA O GOVERNO  
DE LENÍN MORENO..... PÁGINA 10**

## MONITOR ELEITORAL

**ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS CHILENAS: OS RESULTADOS  
DAS ELEIÇÕES PRIMÁRIAS E A DEFINIÇÃO DAS CANDI-  
DATURAS PRESIDENCIAIS..... PÁGINA 14**

# Editorial

## Ao Mestre e Amigo Marco Aurélio

*“Porque a política não é destino, mas construção humana, sobre condições históricas dadas, a percepção e as iniciativas do Brasil na América do Sul têm de estar orientadas pela necessidade de articular realidades distintas, muitas vezes contraditórias. A integração far-se-á no respeito à diferença, porque não há mais espaço para a homogeneidade da submissão”.*

Esta longa citação de um artigo de Marco Aurélio Garcia<sup>1</sup> é a expressão cristalina de sua visão da região que guiou a sua prática política à frente da Assessoria Internacional dos presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff. Sua falta, neste momento em que o Brasil está fazendo o oposto da recomendação de MAG, como era carinhosamente chamado por aqueles que compartilhavam de suas ideias, é ainda mais sentida. Ao contrário da interpretação capciosa da oposição à política externa dos governos do PT que acusavam aquela de ideológica e partidária, tendo como alvo na maioria das vezes o próprio Marco Aurélio, o que MAG está dizendo é exatamente o oposto. Diante da heterogeneidade política e ideológica da América do Sul, a melhor política para o Brasil é reconhecer as diferenças e trabalhar para a unidade da região, a partir da identificação de necessidades comuns a todos, independentemente da natureza do regime ou da coloração ideológica.

Para Marco Aurélio, como acontece com todos os intelectuais progressistas latino-americanos, a principal ameaça à soberania e independência econômica de nossos países provem da eventualidade da internacionalização - leia-se, da possibilidade da intervenção norte-americana - dos conflitos inter ou intraestatais na região. Neste quadro, reflexo de nossa situação geopolítica, inserida na área de influência histórica dos EUA, a unidade regional constitui imperativo estratégico. Como no passado, o principal objetivo daquele país no Hemisfério Ocidental é impedir uma mudança na correlação de forças que possa vir a ameaçar seus interesses. Se não é possível alcançar total homogeneidade ideológica, si-

tuação que com a exceção de Cuba, ocorreu na Guerra Fria, prevalece a máxima na doutrina hemisférica, do dividir para imperar, mesmo nos tempos atuais. Com o fim da disputa bipolar, o retorno à democracia nos anos 90 e a emergência do ciclo progressista na década seguinte, a região se tornou bem mais heterogênea que no passado. Nestas condições, a tarefa da política externa ativa e ativa é impedir que a heterogeneidade se transforme em divisão e polarização, condições que nos colocariam na extrema fragilidade da ameaça de intervenção externa. Para tanto, o Brasil tem de buscar a cooperação regional de modo a “articular realidades distintas muitas vezes contraditórias”, nas suas próprias palavras.

Uma das principais realizações de MAG na América do Sul, que expressa esta orientação, foi sua contribuição na concepção do papel da UNASUL. Infelizmente sua morte prematura nos privou de seu livro de memórias, onde este e vários outros eventos e episódios da política sul-americana do Brasil teriam lugar de destaque. Contudo, depoimentos recentes estão começando a suprir esta lacuna, como é o caso daquele produzido pelo Consejo de Relaciones Internacionales de América Latina, RIAL, redigido por seu secretário-executivo Luís Maira.<sup>2</sup> Em 2005, ambos participaram de um grupo de representantes especialmente escolhidos, pelos 10 governantes sul-americanos, para definir as tarefas da integração sul-americana, que dois anos mais tarde resultariam na criação da UNASUL. Segundo o documento, Marco Aurélio formulou uma recomendação combinando uma proposta que, *“entrecruzó los principales impulsos que favorecían a los países del área, cualquiera fuera su orientación política”*.<sup>3</sup> Entre elas, o aumento da conectividade por meio do projeto de criação de sete Corredores Bioceânicos que permitiriam a ligação entre o Atlântico e o Pacífico beneficiando que todos os países sul-americanos pudessem contar com a saída para ambos oceanos. Também constava da proposta, uma estratégia de cooperação energética visando garantir abastecimento seguro e a preservação do meio ambiente, assim como, a necessidade de coordenação e unificação dos programas sociais de luta contra a pobreza e a redução da desigualdade, bem como a integração das comunidades científicas com vistas a um aporte significativo nas transformações científicas e tecnológicas em

<sup>2</sup> “Marco Aurélio Garcia: fundador y miembro destacado del Consejo de Relaciones Internacionales de América Latina”, RIAL, Santiago, 21 de julho de 2017

<sup>3</sup> Grifo nosso.

<sup>1</sup> Marco Aurélio Garcia, “A Opção Sul-Americana”, Interesse Nacional, ano 1, no. 1, abril-junho de 2008, p. 28.



curso. Ainda que aprovado por unanimidade pelos chefes de Estado na Reunião de Cochabamba, em dezembro de 2005, impedimentos burocráticos frustraram a implementação do que seria um programa de cooperação regional que daria um salto de qualidade inédito na América do Sul.<sup>4</sup> Mesmo assim, a UNASUL não deixou de incorporar a concepção de Marco Aurélio da cooperação na heterogeneidade e da articulação de necessidades comuns em realidades heterogêneas.

Marco Aurélio era um entusiasta da opção sul-americana. Para ele, a América do Sul dispunha de ativos importantes, como a extensão e a fertilidade de suas terras, o potencial energético, as maiores reservas de água doce do mundo; a rica biodiversidade; seu parque industrial e sua reserva científica e tecnológica. Acima de tudo, ressaltava a condição de uma zona de paz o que a diferenciava sobremaneira de outras regiões do Sul geopolítico, bem como a superação da “era das ditaduras”. Dois desafios, contudo, persistiam dificultando uma projeção global da região: a pobreza e a desigualdade social, e a ausência de uma “efetiva interconexão dos países da região”.<sup>5</sup>

Escrevendo em 2005, divergia das raquíticas análises correntes que identificavam uma esquerda populista, do mal, e uma social-democrata, do bem. Com esmero analítico e profundidade teórica explicava as distintas trajetórias dos países sul-americanos em função das diferentes relações entre partidos, sindicatos, movimentos sociais e identitários e o Estado no momento do ingresso das massas na vida política latino-americana, produzindo diferentes matizes democráticos. A alegada instabilidade da Venezuela era encarada como parte deste processo de ajustamento da expansão dos direitos e da inclusão social em um contexto de fragilidades dos partidos e instabilidade política após o fim do regime oligárquico bipartidário em fins dos anos 50. Por isso, era um defensor do ingresso da Venezuela no Mercosul. Tal como San Tiago Dantas, no início dos sessenta lidando com a ameaça da expulsão de Cuba do sistema interamericano, afirmava que dever-se-ia “a todo custo evitar o isolamento de Caracas do contexto sul-americano”.<sup>6</sup>

Hoje parece que estamos voltando ao tempo da “homogeneidade da submissão” e o governo ilegítimo de Temer desfaz com maligna precisão todos os pontos e iniciativas que marcaram a política ativa e altiva dos gover-

nos do PT. MAG já não estará mais aqui para ver a desconstrução de sua obra, tecida em alinhamento com os dois vértices do triângulo da Política Externa do governo Lula, em particular: Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães. O OPSA foi criado no início dos anos 2000 e, além de estimular a formação acadêmica e a pesquisa sobre a região, buscou refletir em sua prática intelectual a exemplaridade destes três intelectuais públicos.

Este Boletim OPSA é dedicado à Marco Aurélio e com ele prestamos nossas homenagens ao mestre e amigo que vai fazer muita falta. Marco Aurélio presente!

Rio de Janeiro,  
9 de agosto de 2017

**Maria Regina Soares de Lima**

4 Idem

5 Marco Aurélio Garcia, “A Opção Sul-Americana”, p. 23.

6 Idem, p. 25.



## A crise venezuelana e a polarização política na OEA

Leandro Wolpert dos Santos  
Leonardo Albarello Weber

Pesquisadores Opsa

### Introdução

Desde fins de março, a crise política na Venezuela vem atingindo proporções crescentes: as manifestações populares, a favor e contra o governo Maduro, intensificaram-se nas ruas, adquirindo frequência quase diária; saques a estabelecimentos comerciais se tornaram recorrentes, reflexo da crise de abastecimento que assola o país; e a escalada da violência, tanto por parte das forças policiais, quanto dos manifestantes, já resultou em mais de 90 mortos e cerca de três mil detenções. Entretanto, não foi apenas no plano doméstico que a crise se agravou. No âmbito regional/hemisférico, a situação venezuelana vem ganhando cada vez mais repercussão, sendo objeto de debate em fóruns como Mercado Comum do Sul (Mercosul), Comunidade do Caribe (Caricom), Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e, mais recentemente, na Organização dos Estados Americanos (OEA). Com efeito, a situação venezuelana ocupa hoje um lugar central na agenda hemisférica, sobretudo depois que Caracas anunciou sua saída da OEA.

Nosso objetivo nesta edição consiste em analisar, especificamente, a polarização sobre o tema no âmbito da OEA<sup>1</sup>. Para tanto, descreveremos como essa questão tornou-se um tema latente na organização, a articulação e o posicionamento dos países americanos a esse respeito, bem como o estado atual em que se encontra a situação venezuelana com o término da Assembleia Geral da OEA ocorrida em Cancún, México, entre os dias 19 e 21 de junho.

### Pressão na OEA gera saída da Venezuela

No dia 14 de março, o Secretário-Geral da OEA, Luis Almagro, pediu que a Carta Democrática Interamericana fosse aplicada à Venezuela, o que resultaria em sua suspensão da organização. Almagro recorreu aos artigos 20 e 21 da Carta, alegando ruptura da ordem democrática no país. O informe publicado fez menção à não realização de elei-

1 Na edição anterior do Boletim OPSA (n. 1, jan-mar), já foi feita uma análise a respeito das origens e causas recentes da crise na Venezuela, bem como de suas repercussões no entorno regional.

ções parlamentares e locais marcadas para dezembro de 2016, assim como à suspensão do referendo que poderia revogar o mandato de Nicolás Maduro. No dia 24 do mesmo mês, um grupo de 14 países<sup>2</sup>, sob liderança do México, divulgou um documento pedindo que o governo venezuelano liberasse os presos políticos, reconhecesse a legitimidade das decisões tomadas pela Assembleia Nacional, e que fosse estabelecido um calendário eleitoral incluindo as eleições adiadas. Entretanto, a crise venezuelana foi agravada pela decisão do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), no dia 29 de março, que tomava para si os poderes do parlamento, de maioria oposicionista<sup>3</sup>. Em reação, o Secretário-Geral da OEA qualificou a decisão como um “auto-golpe” por parte de Maduro e reiterou suas críticas ao país, fazendo um pedido formal, no dia 31, para que o Conselho Permanente da OEA convocasse uma reunião de consultas para discutir a situação política na Venezuela. O repúdio regional à decisão do TSJ foi significativo, com a maioria dos vizinhos demonstrando preocupação com a falta de independência entre os poderes constituintes e pedindo respeito às instituições democráticas do país. O governo do Peru, que já havia convocado seu embaixador na Venezuela para consultas, devido a insultos de Maduro contra o presidente peruano, decidiu retirar o embaixador do país de maneira definitiva. Após a pressão sofrida, o TSJ devolveu os poderes à Assembleia Nacional venezuelana, no dia 1º de abril.

Como solicitado por Almagro, o Conselho Permanente da OEA reuniu-se no dia 26 de abril e aprovou a convocação de uma reunião de consultas sobre a situação na Venezuela. Em resposta, o governo de Nicolás Maduro afirmou que o encontro representava uma forma de ingerência nos assuntos internos do país, porque havia sido convocado contra sua vontade. Por conta da reunião e como prometido, a chanceler do país, Delcy Rodríguez, anunciou formalmente a saída do país da OEA no dia 28 de abril, processo que deve levar 24 meses. Ao mesmo tempo em que anunciava seu afastamento da Organização, a Venezuela declarou que iria denunciar o intervencionismo da OEA em uma reunião extraordinária da Celac, convocada para o dia 2 de maio. Antes que a reunião da Celac fosse realizada,

2 O grupo de países foi formado por: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Estados Unidos e Uruguai.

3 A decisão foi embasada no argumento de que o Poder Legislativo havia descatado decisões do TSJ, a dar posse a deputados cuja candidatura havia sido impugnada.

o governo de Nicolás Maduro anunciou a convocação de uma Assembleia Constituinte<sup>4</sup> para alterar a Constituição Bolivariana do país. A reação à Constituinte foi majoritariamente negativa na região, o que reduziu o impacto da reunião da Celac, a qual, pela ausência de sete países<sup>5</sup>, não pôde emitir uma declaração de consenso sobre a situação na Venezuela.

### **29ª Reunião de Chanceleres: insucesso na busca pelo consenso**

Mesmo diante do anúncio de Caracas de retirar-se da OEA, a convocação da 29ª Reunião de Chanceleres foi mantida, sendo agendada para o dia 31 de maio, a ocorrer em Washington, Estados Unidos. Para a reunião, foram preparados dois projetos de resolução, que deveriam ser discutidos e votados. O texto de liderança mexicana e apoiado por outros 13 países pedia que os presos políticos fossem libertados, que a violência tivesse fim e, principalmente, que a Assembleia Nacional Constituinte fosse suspensa. O texto articulado pelos países integrantes da Comunidade do Caribe, de conteúdo mais genérico e viés mais moderado, não mencionava a Constituinte, os presos políticos, nem o pedido de um calendário eleitoral. Por outro lado, sugeria a criação de um grupo ou outro mecanismo de mediação para auxiliar a renovação do diálogo entre o governo e a oposição venezuelana.

De modo geral, as nações contrárias à adoção de uma postura mais assertiva por parte da OEA alegaram a defesa do princípio da não ingerência externa e do direito soberano dos Estados. Para eles, qualquer solução para o problema venezuelano deveria contar com o consenso de Caracas, cabendo à OEA um papel subsidiário que viesse a contribuir para o desfecho e não para o aprofundamento da crise. Assim, na visão do governo boliviano, as iniciativas tomadas pelo Secretário-Geral da OEA, como a convocação da reunião do Conselho Permanente no dia 31 de março, teriam ensejado apenas o agravamento da violência e dos conflitos domésticos na Venezuela. As lideranças equatorianas, em seu turno, criticaram o uso da OEA como instrumento para

imposição de soluções e propostas sem consentimento a terceiros países, recordando o malfadado histórico da instituição no patrocínio de práticas intervencionistas no continente. Além de considerar o Conselho de Chanceleres da OEA uma instância inadequada para o encaminhamento da questão venezuelana no plano regional, preconizando em seu lugar o fórum da Unasul, a diplomacia equatoriana advogou que os conflitos na Venezuela devem ser resolvidos pelos venezuelanos, sem tutela externa, e que os problemas acusados neste país relacionados aos direitos humanos, corrupção e violência, também estão presentes em outras nações americanas, com gravidade ainda maior.

Em contraste, para os países que apoiaram um maior engajamento da OEA na crise venezuelana, o princípio da não ingerência e a observância dos princípios democráticos não são necessariamente contraditórios, podendo mesmo se complementar. Nessa lógica, reconhece-se que a crise venezuelana deve ser resolvida pelos venezuelanos, mas, como a mesma não se restringe à Caracas, porquanto produz transbordamentos no entorno regional, argumenta-se que seu equacionamento também deve envolver o apoio e a cooperação dos demais países americanos. Assim, conforme a diplomacia brasileira pontuou, a comunidade internacional não só pode como deve atuar na solução da crise venezuelana, contanto que essa atuação seja adstrita ao princípio da não ingerência. Contudo, Brasília reconheceu que a autodeterminação e a soberania são antes resultados do regime democrático e que a indiferença e a inação diante à situação venezuelana não são opções. As propostas brasileiras de manter o diálogo aberto no âmbito do Conselho de Chanceleres da OEA e de criar um grupo de contato que facilite a intermediação entre as partes conflitantes não impediu que o Brasil considerasse essencial o cancelamento da Assembleia Nacional Constituinte para o desfecho da crise venezuelana. O governo peruano, por sua vez, buscou deixar evidentes suas críticas ao governo de Nicolás Maduro. Além de endossar os principais argumentos do grupo dos 14, o Peru demonstrou, antes, durante e depois do encontro dos chanceleres americanos, especial interesse em posicionar-se frente à questão venezuelana, resultando em crescentes tensões diplomáticas entre Lima e Caracas. Em diversas ocasiões, o presidente peruano, Pedro Pablo Kuczinski, reuniu-se com líderes da oposição venezuelana<sup>6</sup> e

4 A Constituição atual do país foi redigida sob o governo de Hugo Chávez, em 1999. A oposição venezuelana critica a convocação da Constituinte, visto que as eleições anteriores foram adiadas. Maduro também é acusado de buscar distorcer o processo eleitoral de modo a garantir maioria entre os constituintes e, assim, garantir leis que prolonguem seu governo.

5 Os países que não compareceram à reunião foram: Bahamas, Barbados, Brasil, México, Paraguai, Peru e Trinidad y Tobago.

6 No dia 11 de maio de 2017, Kuczinski se reuniu



entrou em contato com o presidente dos EUA Donald Trump para tratar sobre questões de direitos humanos e da instabilidade política na Venezuela<sup>7</sup>.

As divergências entre as propostas de resolução e os distintos posicionamentos dos países americanos resultaram na suspensão temporária da reunião dos chanceleres americanos. O motivo principal de discórdia foi a menção à Assembleia Constituinte. A ideia de suspender a reunião, defendida pelos países integrantes do grupo dos 14, era conseguir tempo adicional para que as delegações nacionais pudessem aprofundar os contatos e as negociações entre si de modo a aproximar-se de uma declaração consensual antes da abertura oficial da Assembleia Geral da OEA no dia 20 de junho. Nesse intuito, o encontro de chanceleres foi reaberto no dia 19 de junho, quando então um novo e único projeto de resolução foi apresentado pela presidência da reunião à plenária, como sendo fruto das tratativas entre os representantes da Caricom e o grupo dos 14 nos dias que se seguiram ao encontro de 31 de maio. O referido projeto assemelhava-se em muitos pontos à antiga proposta feita pela Caricom. No entanto, também fazia importantes concessões à proposta encabeçada pelo México, Peru, Canadá, EUA e Panamá, como a demanda pelo respeito à separação de poderes e processos constitucionais da Venezuela e, em especial, a recuperação da menção à Assembleia Nacional Constituinte, que havia sido o motivo de insucesso da reunião anterior.

Todavia, antes mesmo de se iniciar a contagem dos votos, o projeto sofreu críticas procedimentais de países como El Salvador, pelo fato de ter sido apresentado a algumas delegações nacionais com tempo de antecedência bastante exíguo, inviabilizando a análise cuidadosa do que se propunha submeter à votação naquele dia. Ademais, integrantes da Caricom, como São Vicente e Granadinas, Dominica, Haiti e Suriname, acusaram sequer terem sido consultados sobre a pertinência ou não da retirada do projeto de resolução apresentada pela comunidade caribenha na

com o presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Julio Borges, para tratar sobre o aprofundamento da crise política na Venezuela diante da destituição do legislativo naquele país. No mês anterior, PPK já havia enviado mensagem de apoio aopositor venezuelano, Henrique Capriles, após este sofrer condenação em seu país que lhe privava o direito de exercer função pública por quinze anos. <sup>7</sup> No dia de 20 de abril, o Congresso peruano também se posicionou criticamente sobre a questão venezuelana aprovando uma moção de condenação ao regime de Maduro.

reunião anterior, revelando a grande desordenação política interna do bloco regional. Como é recorrente em alguns fóruns multilaterais internacionais, havia um grupo de países pequenos que não tinham sido consultados nem participado da elaboração do projeto de resolução pelo qual se buscava consenso, o que, consoante com as delegações da Nicarágua e da Bolívia, além de significar um contrassenso com os princípios democráticos que se propunha defender naquele encontro, implicava limitações intransponíveis para o alcance de um acordo satisfatório.

Diante da polêmica, o chanceler de São Vicente e Granadinas decidiu submeter novamente o antigo projeto da Caricom, apresentado durante a reunião de 31 de maio. Havia, portanto, mais uma vez, dois projetos de declaração concorrentes sobre a questão venezuelana. Como consequência, a falta de consenso entre os países americanos foi expressa na não aprovação de nenhum dos projetos: para que fossem aprovados, seria necessária uma maioria de 23 votos a favor e nenhum deles obteve essa maioria. O projeto apresentado pela presidência da reunião foi o que mais se aproximou da vitória, contabilizando 20 votos a favor, 5 contra e 8 abstenções. Dentre os países sul-americanos que votaram a favor deste projeto de resolução, encontram-se todos os integrantes da Aliança para o Pacífico e do Mercosul (com exceção da Venezuela, evidentemente). Entre os que votaram contra, 4 compõem a ALBA<sup>8</sup>, e entre os que se abstiveram, dois fazem parte da ALBA<sup>9</sup>.

Já a proposta apresentada por São Vicente e Granadinas obteve apenas 8 votos a favor, 14 contra e 11 abstenções. Dentre os que votaram a favor, 4 são integrantes da ALBA. Os 14 países que votaram contra correspondem exatamente aos integrantes do grupo dos 14. Já entre os abstencionistas figuram dois membros da ALBA e alguns países da Caricom que preferiram se abster para evitar

<sup>8</sup> ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas): organização criada em finais de 2004, sob a liderança da Venezuela, em oposição ao projeto estadunidense de integração hemisférica então consubstanciado na ALCA (Área de Livre Comércio das Américas).

<sup>9</sup> Segue a lista dos países e seus respectivos votos quanto ao projeto de resolução proposto pela presidência da reunião: a favor - EUA, Guatemala, Guiana, Honduras, Jamaica, México, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia, Uruguai, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia e Costa Rica; contra - Nicarágua, São Cristóvão e Névis, Bolívia, Dominica e São Vicente e Granadinas; abstenções - Equador, El Salvador, Granada, Haiti, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Antígua e Barbuda; ausente - Venezuela, se retirou no início da reunião.



maior desgaste na coesão interna do bloco<sup>10</sup>. Mais uma vez, diante do impasse, ao final do encontro e em que pese a oposição da Nicarágua e da Bolívia, acordou-se por manter aberta a 29ª reunião de chanceleres americanos até data indeterminada. Ou seja, a OEA ainda não logrou formar um consenso suficiente para aprovar uma declaração comum sobre a situação venezuelana.

### **Revide venezuelano na Assembleia Geral da OEA e o prolongamento da crise**

O fracasso na obtenção de uma resolução sobre a crise venezuelana no concerto hemisférico foi acompanhado por uma contra-ofensiva diplomática por parte da Venezuela durante a Assembleia Geral da OEA. Sob a figura da chanceler Delcy Rodríguez, o governo venezuelano protocolou dez projetos de resolução, em sua maioria direcionados a boicotar e constranger os países que votariam de forma mais crítica. Dentre os projetos, havia um acerca dos 43 estudantes mexicanos desaparecidos, outro sobre a construção de um muro na fronteira entre EUA e México, e outro ainda exigindo o respeito estrito ao princípio de não ingerência nos assuntos internos de outros países. Ademais, Nicolás Maduro chegou a sugerir a renúncia de Almagro, em troca da reavaliação da permanência do país na organização. Almagro disse que atenderia ao pedido caso a Venezuela desfrutasse de liberdade novamente.

Na plenária da Assembleia, a chanceler venezuelana também teceu fortes críticas à instabilidade política e aos problemas sociais que acometem outros países americanos, fazendo referências específicas ao Brasil, Honduras e até mesmo Estados Unidos. Enquanto as tensões diplomáticas cresciam no interior da plenária da OEA, nas ruas de Cancún os conflitos também se fizeram sentir, com a realização de manifestações contrárias ao governo de Nicolás Maduro.

10 Segue a lista dos países e seus respectivos votos quanto ao projeto de resolução proposto pela delegação de São Vicente e Granadinas: a favor - Dominica, Equador, El Salvador, Haiti, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Bolívia; contra - Costa Rica, EUA, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Argentina, Brasil, Canadá, Chile e Colômbia 11 abstenção - Belize, Barbados, Bahamas, Antígua e Barbuda, Trinidad e Tobago, Santa Lúcia, República Dominicana, Nicarágua, Jamaica, Guiana, Granada.

### **Considerações Finais**

A breve descrição aqui apresentada permite elaborar algumas conclusões preliminares sobre a política regional contemporânea. O posicionamento dos países americanos quanto à situação na Venezuela reflete, em grande medida, algumas das orientações ideológicas que permeiam os governos nacionais no continente. Entre os países que votaram a favor, em um primeiro momento, do tratamento da crise venezuelana no âmbito da OEA, aprovando a convocação, seja da reunião do Conselho Permanente, seja da reunião do Conselho de Ministros, e, em um segundo momento, a favor do projeto de resolução que previa um engajamento mais assertivo da OEA na solução da crise, estão todos os integrantes da Aliança do Pacífico, bloco econômico de reconhecido viés liberal. De igual modo figuram entre esses países (o chamado grupo dos 14), três integrantes do Mercosul (Argentina, Brasil e Paraguai) que, nos últimos anos, passaram a ser governados por partidos políticos pertencentes à direita ou centro-direita e que retomaram a agenda de reformas liberalizantes dos anos 1980 e 1990. Somando-se a isso o fato de alguns desses países terem boicotado a reunião da Celac sobre a Venezuela, pode-se inferir que uma política exterior de maior aproximação aos Estados Unidos seja a dimensão externa daquilo que enxergamos como “virada à direita” na América Latina.

Além disso, depois de anos de baixo perfil da política externa mexicana, é possível observar um ensaio de retomada da liderança do México na América Central, que buscou articular uma posição comum com os países centro-americanos, sobre os quais já exerceu influência no passado<sup>11</sup>. Por outro lado, constata-se o papel secundário exercido pelo Brasil nas negociações da OEA. De fato, muito mais preocupado com problemas na política doméstica, o Brasil apenas seguiu as iniciativas diplomáticas capitaneadas pelo México e outros países americanos. Ademais, nota-se que a influência econômica e política da Venezuela sobre a América Central e o Caribe, a despeito da fragilidade de Caracas, não só permanece como foi determinante para a suspensão das negociações na OEA. Países da ALBA e da iniciativa Petrocaribe, que concede financiamento facilitado para a importação de petróleo venezuelano, foram aqueles que ficaram ao lado da Venezuela, mesmo que

11 O México foi um dos articuladores do Grupo de Contadora, em 1983, que contribuiu para a pacificação da América Central.



através da abstenção, obstaculizando a formação da maioria necessária à uma resolução mais crítica ao governo Maduro. Por fim, é sintomático que a OEA esteja sendo o espaço prioritário de debate sobre a crise na Venezuela. Isto ocorre em detrimento da Celac e do esmaecimento da Unasul, que foi o espaço prioritário no enfrentamento das crises regionais na última década. A diferença de abordagem entre estas organizações para crises na região reflete também o novo contexto político pelo qual passa a América Latina.

## Sucessão no Equador: perspectivas para o governo de Lenín Moreno

**Diogo Ives**  
Pesquisador Opa

### Introdução

Lenín Moreno assumiu a presidência do Equador em 24 de maio de 2017, sucedendo Rafael Correa após este ter ocupado o cargo ao longo de três mandatos consecutivos desde 2007. Moreno havia sido vice-presidente de Correa entre 2007-2013 e concorria nas eleições como o herdeiro do seu projeto político, caracterizado, em linhas gerais, por ações contrárias ao neoliberalismo no plano interno e à unipolaridade dos Estados Unidos no plano externo. No entanto, passados dois meses de governo, as conjunturas doméstica e internacional indicam que tal projeto terá que ser adaptado por Moreno a uma nova base de sustentação para se manter.

### Os desafios do momento pós-Correa

Tão logo foi declarada uma apertada vitória eleitoral de Moreno, com 51,17% dos votos totais em segundo turno, a coalizão derrotada, formada pelos partidos CREO-SUMA e liderada pelo banqueiro Guillermo Lasso, acusou o processo de ter sido fraudado e solicitou ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE) que fizesse uma recontagem do sufrágio. O pedido foi apoiado pelo Comitê Empresarial do Equador e levou a manifestações de rua por parte de simpatizantes de Lasso durante duas semanas para que fosse atendido. O CNE fez uma recontagem das atas eleitorais consideradas fraudadas, concluiu como inalterado o resultado do pleito e garantiu a posse de Moreno.

Entretanto, na Assembleia Nacional, órgão unicameral que conta com um total de 137 assentos, a capacidade de ação do CREO-SUMA para se opor a Moreno ao longo do seu mandato cresceu. A aliança partidária conquistou 34 vagas, triplicando as 11 que somava na legislatura anterior. O partido social-cristão, outro opositor do governo, subiu de 6 para 15 assentos. Por sua vez, a Alianza País, partido de Moreno e Correa, caiu de 100 para 74 parlamentares, mantendo-se, mesmo assim, em maioria expressiva e com capacidade de presidir a instituição. Outros cinco partidos e movimentos dividem os 14 assentos restantes entre si, o que indica uma governabilidade complexa para o presidente nos próximos



anos.

A queda no desempenho da Alianza País pode ser atribuída ao desgaste de uma década no poder e aos efeitos negativos da redução dos preços internacionais de matérias-primas desde 2013, especialmente do petróleo, cujo setor de extração e exportação gera cerca de 30% do orçamento federal. Tal quadro restringe a capacidade de implementação das duas estratégias-chave de Correa, desenvolvimentismo e distribuição de renda, segundo Vigevani<sup>1</sup>. Dado que o Equador utiliza o dólar como moeda, o bom estado da economia depende, em larga medida, das divisas provenientes de trocas e fluxos internacionais.

Agravando a dependência de divisas, há um constrangimento na margem de manobra do novo presidente no plano externo, na medida em que a Venezuela, maior aliada do governo Correa, encontra-se em uma grave crise econômica e política. A situação se reflete em uma paralisia da ALBA, bloco importante para projetos de cooperação que é sustentado por fundos venezuelanos. Além disso, a guinada neoliberal vivida por Argentina e Brasil com os respectivos governos de Mauricio Macri e Michel Temer tensiona outros dois canais de comunicação importantes na relação com a América do Sul e põe em dúvida o futuro do MERCOSUL, que poderia servir de alternativa à ALBA para o Equador.

### **Estratégia de conciliação no plano interno**

O cenário desafiador em termos de política doméstica, economia e política externa em relação ao que havia predominado na década de Correa já era levado em consideração pela Alianza País no momento de definição do seu candidato à presidência equatoriana em meados de 2016. Além de Moreno, concorriam pela indicação do partido Jorge Glas, vice-presidente de Correa entre 2013-2017, e José Serrano, ministro do Interior também neste último mandato. Glas era mais alinhado com Correa, porém Moreno tinha um perfil mais conciliador que pesou na disputa interna<sup>2</sup>, após pesquisas terem apontado uma von-

1 VIGEVAANI, Tullo. O que as eleições no Equador podem ensinar sobre a América Latina? Brasil no Mundo, 17/03/2017. Disponível em: <<http://brasilnomundo.org.br/analises-e-opiniao/o-que-as-eleicoes-no-equador-podem-ensinar-sobre-a-america-latina/#.WVvOXITyuUk>>. Acesso em 05/07/17.

2 RAATZ, Luis. 'Moreno era a melhor opção de Correa'. Estado de S. Paulo, 03/04/17. Disponível em <<http://internacional.estadao.com>.

tade de mudança no eleitorado equatoriano.

A capacidade de conciliação de Moreno foi logo demonstrada no tratamento dispensado aos dois adversários, que foram atraídos para governar ao seu lado. Glas terminou na posição de seu candidato a vice-presidente, ao passo que Serrano concorreu à Assembleia Nacional, para a qual foi eleito e posteriormente escolhido como presidente até 2021. Passada a eleição presidencial, a relação entre Estado e partido se tornou ainda mais estreita a partir da indicação de Moreno a presidente da Alianza País, de Glas a vice-presidente e de Correa a presidente vitalício.

Implementado após a sua posse, outro esforço de conciliação de Moreno, desta vez em relação aos eleitores, foi a promoção de agendas que agradem a críticos tanto à direita quanto à esquerda. Um dos temas mais presentes no debate eleitoral envolveu denúncias reveladas pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos em dezembro de 2016 de que a Odebrecht teria pago cerca de US\$ 33 milhões a autoridades do Equador para realizar obras entre 2007 e 2016. Durante o governo Correa, a empreiteira brasileira chegou a ser expulsa do país em 2008 devido a irregularidades na construção de uma hidrelétrica, porém retornou dois anos mais tarde, em 2010.

Uma das primeiras medidas de Moreno foi criar a "Frente de Transparencia y Lucha Contra la Corrupción", grupo composto por personalidades dos setores público e privado que se reunirá semanalmente com o objetivo de formular uma estratégia nacional anticorrupção. Além disso, o presidente acordou com o Secretário-Geral da ONU<sup>3</sup>, António Guterres, que a organização e a chancelaria equatoriana trabalharão juntas na elaboração de iniciativas anticorrupção com respaldo na Convenção das Nações Unidas sobre a Luta contra a Corrupção de 2003, que prevê cooperação em assistência técnica na área.

Na Assembleia Nacional, a Alianza País mostra que avançará a mesma agenda. O partido sustenta que a Odebrecht deve ser novamente expulsa do Equador, a despeito de a empresa ter assinado um acordo de cooperação com a Fiscalía General (órgão análogo ao Ministério Público brasileiro) por meio do qual se comprometeu a passar informações da corrupção que admitiu ter praticado.

<[br/noticias/geral/moreno-era-a-melhor-opcao-de-correa.70001724245](http://br/noticias/geral/moreno-era-a-melhor-opcao-de-correa.70001724245)>. Acesso em 05/07/17.

3 Moreno pode ter certa facilidade na interlocução com a ONU por ter servido, entre 2013-2016, como seu enviado especial para temas de deficiência e acessibilidade. O presidente não tem a mobilidade das pernas desde que sofreu um assalto em 1998.



O partido também é o principal articulador para que a Assembleia inicie um julgamento político contra Carlos Pólit, controlador-geral do Equador, por descumprimento de suas funções diante da extensa corrupção ocorrida, mesmo Pólit estando no cargo desde 2007 e tendo sido uma figura importante do governo Correa.

Por outro lado, a pauta contra corrupção também serve de combustível para ações da CREO-SUMA no Legislativo. Os dois partidos alegam que Glas também deve ter um julgamento político por conta de responsabilidades descumpridas na última administração. Além de vice-presidente, Glas supervisionava ações do Ministerio Coordinador de Sectores Estratégicos e do Ministerio Coordinador de la Producción, Empleo y Competitividad, relacionando-se, portanto, com o setor de obras públicas. Um tio de Glas é ainda acusado de ter recebido propinas que teriam sido repassadas ao sobrinho.

Uma petição em favor do julgamento de Glas conseguiu reunir 59 assinaturas de parlamentares e deu início ao processo. No entanto, foi rejeitada antes de chegar ao plenário por uma comissão interna da Assembleia, composta por maioria governista, que alegou falhas técnicas no pedido. Ainda assim, a oposição declarou que continuará acompanhando suspeitas envolvendo Glas. Este, por sua vez, acusa-a de estar tentado um golpe de Estado “parecido ao que ocorreu no Brasil”<sup>4</sup>, primeiramente questionando a legitimidade da eleição presidencial e posteriormente tentando desconstruir autoridades com base em denúncias de corrupção.

Para tentar se aproximar de eleitores da oposição, Moreno também vem se distanciando de Correa. Durante a campanha, lançou uma carta<sup>5</sup> dirigida à Alianza País em que listou 15 pontos que orientariam seu governo. Ainda que em meio a um tom majoritariamente de continuidade, sinalizou as disposições de passar mais responsabilidades do Estado à sociedade, de converter empreendedores no motor central da economia tendo em mente a importância de regulações estatais e de equilibrar a soberania nacional com uma abertura internacional pragmática.

4 EL UNIVERSO. Jorge Glas dice que está en marcha golpe de Estado en Ecuador. 15/06/17. Disponível em: <<http://www.eluniverso.com/noticias/2017/06/15/nota/6231967/vicepresidente-dice-que-esta-marcha-golpe-estado>>. Acesso em 05/07/17.

5 EL COMERCIO. Lenin Moreno hace 23 reflexiones sobre AP y la realidad del país. 01/04/16. Disponível em <<http://www.elcomercio.com/actualidad/leninmoreno-reflexiones-carta-alianza-pais-ecuador.html>>. Acesso em 05/07/17.

Após assumir a presidência, Moreno cancelou os pronunciamentos semanais que Correa fazia na televisão e no rádio alegando um novo estilo de governar. Também promoveu uma reforma institucional por meio da qual substituiu seis Ministérios por sete Conselhos Interministeriais em uma tentativa de flexibilizar instâncias burocráticas do aparelho estatal. Para se mostrar aberto a uma maior interlocução entre os setores público e privado, estabeleceu um comitê para a área de produção e tributação que reunirá representantes de ambos, bem como tornou permanentes sete “mesas”, espécies de conferências que reuniam periodicamente membros das duas esferas para discutir temas variados no período Correa.

Para ganhar mais apoio à esquerda, Moreno deu início à anistia de alguns indígenas que haviam se envolvido em protestos e sido presos no governo anterior. A despeito do componente plurinacionalista da “Revolución Ciudadana”, a relação do ex-presidente com indígenas e ambientalistas era tensa por conta de empreendimentos extrativistas realizados na Amazônia. O desempenho eleitoral da Alianza País em 2017 nesta região foi frágil, tendo perdido muitos votos no primeiro turno do pleito presidencial para Paco Moncayo, do partido Izquierda Democrática, mais afinado às pautas indígenas.

Moreno chamou Moncayo e os outros candidatos perdedores da eleição para discussões sobre agendas nacionais. Também concedeu duas sedes permanentes para a “Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador” (Conaie), entidade que fez oposição à política de Correa. Este, por sua vez, vem emitindo críticas a Moreno, classificando-o como desleal por querer se distanciar da sua administração. Entretanto, Correa deixou o Equador no início de julho para viver na Bélgica, país de origem de sua esposa. Ainda não está claro em que grau realmente se afastará da política equatoriana e como os membros da Alianza País se comportariam com uma cisão entre correntes “morenistas” e “correístas”, o que adicionaria um novo desafio de conciliação ao presidente atual.

### **Estratégia de diversificação no plano externo**

No âmbito regional, o plano de governo de Moreno privilegia a integração por meio da ALBA, da Unasul e da Celac. No entanto, suas primeiras viagens internacionais foram feitas aos vizinhos Peru e Colômbia, onde de-

clarou a disposição de manter relações amistosas. Os dois países são membros da Aliança do Pacífico ao lado de Chile e México. O Equador, por sua vez, é o único país do oeste sul-americano que não a compõe. Perguntado pelo embaixador chileno em reunião com outros chefes diplomáticos sobre a possibilidade de o Equador ingressar no bloco, Moreno respondeu que se trata de “um tema que sempre está na mesa de trabalho”<sup>6</sup>.

O novo presidente indica que mobilizará a política externa principalmente no sentido de reforçar a entrada de divisas na economia, a qual pretende manter dolarizada e com mais austeridade fiscal. Na sua posse, declarou a intenção de melhorar as relações com os Estados Unidos – com cujo embaixador, Todd Chapman, afirmou ter proximidade – e com jornalistas estrangeiros. Também anunciou que seu governo se aproximará do Banco Mundial, com o qual o Equador mantém um distanciamento desde 2007, quando um representante foi expulso do país por Correa após a instituição oferecer um empréstimo condicionado que foi considerado lesivo ao interesse nacional.

Moreno também deseja melhorar o relacionamento com o Reino Unido no tocante ao asilo diplomático concedido a Julian Assange, que completou cinco anos morando na embaixada equatoriana em Londres. O novo presidente classificou Assange como hacker e pediu que não interferisse na política doméstica após este ter emitido comentários negativos a respeito de Guillermo Lasso, ao que Assange respondeu que seu site, WikiLeaks, publicará denúncias de corrupção envolvendo autoridades do Equador caso tenha informações. A chancelaria equatoriana foi acionada para negociar com o governo britânico uma solução para o asilado, que é ameaçado de prisão pelo Reino Unido caso deixe a embaixada.

Moreno tenta elevar a imagem do Equador diante dos centros financeiros ocidentais ao mesmo tempo em que anuncia planos de renegociar os juros e prazos da dívida externa – que tem a China como principal credora – e de lançar no mercado US\$ 2 bilhões em títulos de dívida pública. Duas heranças do período Correa devem ajudar na entrada de dólares por meio de exportação: a decisão da OPEP (da qual o Equador é membro), tomada no final de 2016, de cortar a produção de petróleo para elevar seu preço interacional;

6 EL TELÉGRAFO. Moreno espera “refrescar” la relación diplomática del Ecuador. 07/04/17. Disponível em <<http://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/politiko-2017/49/moreno-espera-refrescar-la-relacion-diplomatica-del-ecuador>>. Acesso em 05/07/17.

e a entrada em vigor, no início de 2017, de um acordo de liberalização comercial assinado com a União Europeia após nove anos de negociação.

Apesar das boas intenções iniciais, a relação com Washington já passou por um estremecimento no final de junho, quando 50 equatorianos indocumentados que viviam nos Estados Unidos foram enviados de volta ao Equador. A ministra das Relações Exteriores, Maria Fernanda Espinosa (que ocupou tal posto no primeiro mandato de Correa), declarou que os equatorianos estão sendo perseguidos, detidos e deportados pelo governo estadunidense, a quem solicitou reuniões bilaterais para discutir o assunto.

Outra tensão ainda não resolvida se deu com Lima, que acusa o governo equatoriano de desrespeitar um acordo fronteiriço assinado em 1998 ao começar a construção de um muro no Canal Internacional de Zarumilla. A chancelaria peruana alega que a obra viola o dispositivo que estipula 10 metros livres nas duas margens e que não foi consultada a respeito, ao passo que a parte equatoriana diz que a construção faz parte de um plano de urbanização da sua parte do território e que passou informações em reuniões presidenciais e ministeriais.

## Considerações Finais

Conquistar novos aliados sem perder os antigos parece ser o desafio fundamental de Lenín Moreno nas esferas doméstica e internacional. Rafael Correa governou em meio a um espaço político mais permissivo à inovação e aos compromissos ideológicos fortes do “socialismo do século XXI” em comparação ao ambiente que vigora atualmente, no qual as relações de força são mais desfavoráveis a programas de governo centrados no Estado e exigem maior pragmatismo. A capacidade conciliatória de Moreno em operar nesse contexto será decisiva para revelar em que medida o projeto social inaugurado pela Alianza País consegue ter longevidade e sobreviver para além da figura de Correa.



## Monitor Eleitoral

### Eleições Presidenciais Chilenas: os resultados das eleições primárias e a definição das candidaturas presidenciais

**Murilo Gomes da Costa**  
Pesquisador Opsa

**Talita Tanscheit**  
Pesquisadora Colaboradora Opsa

#### Introdução

Em 02 de julho de 2017, ocorreram as eleições primárias no Chile, com o objetivo de definir as candidaturas de duas coalizões políticas de oposição ao atual governo do país: o Chile Vamos, que reúne quatro partidos considerados à direita do espectro político chileno, e a Frente Ampla, que reúne partidos e movimentos considerados à esquerda do espectro político chileno.

Concorreram, pela coalizão Chile Vamos – ex-Alianza<sup>1</sup>, as seguintes candidaturas: (i) a de Sebastián Piñera, ex-presidente do Chile (2009-2014), apoiado pela União Democrática Independente, pela Renovação Nacional e pelo Partido Regionalista Independente; (ii) a de Felipe Kast, deputado pela região de Santiago (2014-2018), apoiado pela Evolução Política, e (iii) a de Manuel José Ossandón, senador pela região de Santiago Oriente (2014-2022), candidatura independente que renunciou à Renovação Nacional para participar das eleições primárias.

Um total de 1.418.138 eleitores e eleitoras participaram das primárias do Chile Vamos. A candidatura de Piñera obteve 58,35% dos votos, contra 25,25% obtidos por Ossandón e 15,41% obtidos por Kast<sup>2</sup>. Piñera, que apresentará às eleições o lema

1 A Aliança foi uma coalizão política de direita existente entre 1989 e 2015, reunindo dois partidos, a União Democrática Independente e a Renovação Nacional. Em 2015 estes dois partidos deixaram a Aliança e decidiram iniciar as negociações para uma nova coalizão política no Chile com outros dois partidos, o Partido Regionalista Independente e a Evolução Política. Em abril de 2016 a coalizão Chile Vamos foi oficialmente inscrita no Serviço Eleitoral, com vistas à participar nas eleições primárias e municipais do Chile realizadas neste mesmo ano.  
2 La Tercera. Chile Vamos celebra triunfo de Piñera en primarias y llama a la “unidad” del sector, 03/07/2017. Disponível em: <<http://www.latercera.com/noticia/chile-celebra-triunfo-pinera-primarias-llama-la-unidad-del-sector/>>. Acesso em 17/07/2017

“Tempos Melhores”<sup>3</sup>, celebrou a sua vitória agradecendo aos seus demais concorrentes e clamando pela unidade de sua coalizão às eleições presidenciais. Em seu discurso, Piñera afirmou que a sua candidatura irá dialogar com toda a população, e irá focar especialmente o combate à pobreza, a delinquência e as baixas aposentadorias, principais temas da atual agenda política no Chile. Piñera orientou seu programa de governo com ênfase nos seguintes temas e ações: o fim do sistema de ônibus “Transantiago”, a redução do número de deputados, um novo sistema de educação permanente e a revisão da duração do mandato presidencial<sup>4</sup>.

A Frente Ampla é uma coalizão política fundada em janeiro de 2017 e liderada pelo deputado da região de Santiago, Giorgio Jackson (Revolução Democrática) e pelo deputado da região de Magallanes e da Antártica Chilena, Gabriel Boric (Movimento Autonomista). Composta por partidos políticos e por movimentos sociais, fazem parte da Frente Ampla os partidos oficialmente inscritos no Serviço Eleitoral Revolução Democrática (RD), Partido Humanista (PH), Partido Liberal (PL), Partido Ecologista Verde (PEV), Poder Cidadão (POD), Partido Igualdade (PI) e os movimentos Movimento Autonomista (MA), Esquerda Autônoma (IA), Esquerda Libertária (IL), Nova Democracia (ND), Partido Pirata do Chile (PPCh), Movimento Democrático Progressista (MDP) e Movimento Socialismo e Liberdade (MSL).

A coalizão foi fundada com o objetivo principal de apresentar uma candidatura presidencial e várias candidaturas parlamentares às eleições de 2017. Concorreram pela coalizão as seguintes candidaturas: (i) a de Beatriz Sánchez, jornalista e apresentadora de rádio e de televisão, apoiada pelos partidos RD, PH, POD, PL, PEV e pelos movimentos MA, IL, IA, MDP; e (ii) a de Alberto Mayol, sociólogo e professor universitário, apoiada pelo PI e pelos movimentos PPCh e ND.

Um total de 327.216 eleitores e eleitoras participaram das primárias da Frente Ampla. A candidatura de Sánchez obteve 67,56%

3 Para conferir o restante das propostas do Programa de Governo de Piñera, acesse: <https://sebastianpinera.cl/wp-content/uploads/bases-del-programa-de-gobierno-SP.pdf>

4 Publimetro, 2017. “Primarias en Chile Vamos: Piñera presenta su programa con el fin del Transantiago como punto clave”. Disponível em: <<https://www.publimetro.cl/cl/nacional/2017/05/03/puntos-mas-llamativos-programa-pinera-bus-ca-volver-moneda.html>>. Acesso: 15/07/2017

dos votos, contra 32,44% obtidos por Mayol<sup>5</sup>. Sánchez, que apresentará às eleições o lema “Confiança que transforma o Chile”<sup>6</sup>, celebrou a sua vitória em um discurso marcado pelo confronto tanto ao Chile Vamos quanto à Nova Maioria, afirmando que ambas as coalizões fracassaram nas reformas que propuseram. Segundo Sánchez, a sua campanha será marcada pelo “poder da gente” enfrentando o “poder do dinheiro”, sendo uma voz feminina representante de um projeto coletivo, que falará contra a privatização e a violência no país. Dentre as suas principais propostas, destacam-se a eliminação de qualquer possibilidade de lucro no Ensino Superior e propondo uma nova forma de financiamento unificada. Na área da saúde, assegurou a criação de um sistema único de saúde, que seja universal e solidário, com infraestrutura pública renovada. O programa de Sánchez demonstrou um aspecto diferencial ao inserir um calendário, com espaço para que haja participação cidadã na formação das propostas finais, de acordo com as necessidades e desejos dos votantes<sup>7</sup>.

### As candidaturas da Nova Maioria

A Nova Maioria – ex-Concertação<sup>8</sup> – é a coalizão política de sustentação ao atual governo da presidenta Michelle Bachelet e considerada à esquerda do espectro político do Chile. Fazem parte da nova maioria o Partido Radical Socialdemocrata (PRSD) o Partido Socialista do Chile (PSCh), o Partido Comunista do Chile (PCCh), o Partido Pela Democracia (PPD), o Partido Democrata-Cristão (PDC), a

5 La Tercera. Beatriz Sánchez confirma los pronósticos y se impone en la primaria del Frente Amplio, 02/07/2017. Disponível em: <<http://www.latercera.com/noticia/no-publicar-beatriz-sanchez-confirma-los-pronosticos-se-impone-la-primaria-del-frente-amplio/>>. Acesso em 17/07/2017.

6 Para conferir o programa de governo de Beatriz Sánchez, acesse: <<http://www.beatrizsanchez.cl/hoja-de-ruta.pdf/>>.

7 El Día, 2017. “¿Qué proponen los candidatos presidenciales? Revisa acá sus propuestas”. Disponível em: <<http://www.diarioeldia.cl/pais/que-proponen-candidatos-presidenciales-revisa-aca-sus-propuestas>>. Acesso em: 15/07/2017

8 A Concertação foi uma coalizão política de esquerda existente entre 1989 e 2013, reunindo o Partido Democrata-Cristão, o Partido Pela Democracia, o Partido Socialista do Chile, e o Partido Radical Socialdemocrata. Em 2013, com vistas às eleições presidenciais deste mesmo ano, os partidos da Concertação decidiram construir uma nova coalizão política de esquerda no país. Com o objetivo principal de incluir o Partido Comunista do Chile, em abril de 2013 a coalizão Nova Maioria foi oficialmente inscrita no Serviço Eleitoral, marcando oficialmente o fim da Concertação.

Esquerda Cidadã (IC) e o Movimento Amplo Social (MAS).

A Nova Maioria não participou das eleições primárias, e apresentará duas candidaturas presidenciais: (i) a de Alejandro Guillier, senador pela região de Antofagasta (2014-2022), apoiada pelos partidos PRSD, PSCh, PCCh, PPD, IC e MAS a de Carolina Goic, senadora pela região de Magallanes e da Antártica Chilena (2014-2022), apoiada pelo partido o qual ela é presidenta, o PDC.

A ausência da Nova Maioria nas eleições primárias ocorreu após o PDC decidir, em 29 de abril de 2017, que Goic compita diretamente nas eleições presidenciais e não participe das eleições primárias da Nova Maioria. A decisão inviabilizou a realização das primárias, a qual participariam apenas Guillier e Goic, e rompeu a histórica Aliança do PDC com os partidos de esquerda do Chile, que perdurou pelos últimos 28 anos<sup>9</sup>. Com esta cisão, é incerta a continuidade de Nova Maioria, que dependerá da decisão sobre a apresentação em conjunto ou em separado das listas parlamentares. Ambas as candidaturas da Nova Maioria apresentarão o lema “Voltemos a Confiar” e, representando candidaturas de continuidade, terão como principal desafio diferenciar-se do governo de Bachelet, que possui apenas 25% de aprovação e 64% de reprovação segundo a pesquisa de popularidade da Cadem Opinião Pública, divulgada em 10 de julho de 2017<sup>10</sup>.

Além de Piñera, Sánchez, Guillier e Goic, serão apresentadas as candidaturas de Eduardo Artés, pela União Patriótica, de Marco Enríquez-Ominami, pelo Partido Progressista, de Roxana Miranda, pela Associação Nacional dos Devedores Habitacionais, de Alejandro Navarro, pelo Partido Amplo de Esquerda Socialista, e as candidaturas independentes de Carolina Canelo, Marcel Claude, Tomás Jocelyn-Holt, José Antonio Kast e Franco Parisi.

Segundo a pesquisa de intenções de voto divulgada pela Cadem Opinião Pública, Piñera está na liderança da disputa presidencial entre as e os votantes prováveis<sup>11</sup>, com 38% dos votos, seguido por Sánchez, com 26%, Guillier, com 16%, Kast, com 4% Parisi, com

9 La Tercera. El futuro proyecto político de la Nueva Mayoría, 06/05/2017. Disponível em: <<http://www.latercera.com/voces/futuro-proyecto-politico-la-nueva-mayoria/>>. Acesso em 17/07/2017

10 CADEM. Track Semanal de Opinión Pública. n.182, Chile. Disponível em: <<http://plazapublica.cl/wp-content/uploads/Track-PP182-Julio-S1-VF.pdf>>. Acesso: 15/07/2017



3%, Goic, com 3%, e Ominami, com 2%. 8% das e dos votantes prováveis<sup>11</sup> disseram que não votariam em nenhuma destas candidaturas. As eleições no Chile serão realizadas em 19 de novembro de 2017.

## A primeira eleição presidencial e parlamentar sob um novo sistema eleitoral

Esta é a primeira eleição presidencial e parlamentar a ser realizada após a promulgação, em 2015, da Lei 20.840, que substituiu o sistema eleitoral binominal por um sistema eleitoral proporcional inclusivo, cujo objetivo é fortalecer a representatividade no Congresso Nacional. Destacam-se, das principais mudanças: a implementação de um novo desenho institucional para as circunscrições eleitorais, em que no caso da Câmara dos Deputados os distritos eleitorais passam de 60 para 28 e no caso do Senado cada região do país passa a ser um distrito; o aumento do número de parlamentares, que passa de 120 para 155 na Câmara dos Deputados e de 38 para 50 no Senado; e o estabelecimento de que os partidos apresentem pelo menos 40% de candidaturas femininas nas eleições.

Em discurso oficial, realizado em 27 de abril de 2015, Bachelet reafirmou a importância do fim do sistema binominal para a democracia no Chile, encerrando um sistema criado durante a ditadura militar, responsável por distorcer a vontade e a participação popular

e criando um novo sistema inclusivo, representativo e democrático<sup>12</sup>. Destaca-se que esta será também a primeira eleição em que está habilitado o voto da população chilena residente do exterior. O impacto real deste novo sistema eleitoral sobre a composição do Executivo e do Legislativo ainda é imprevisível.

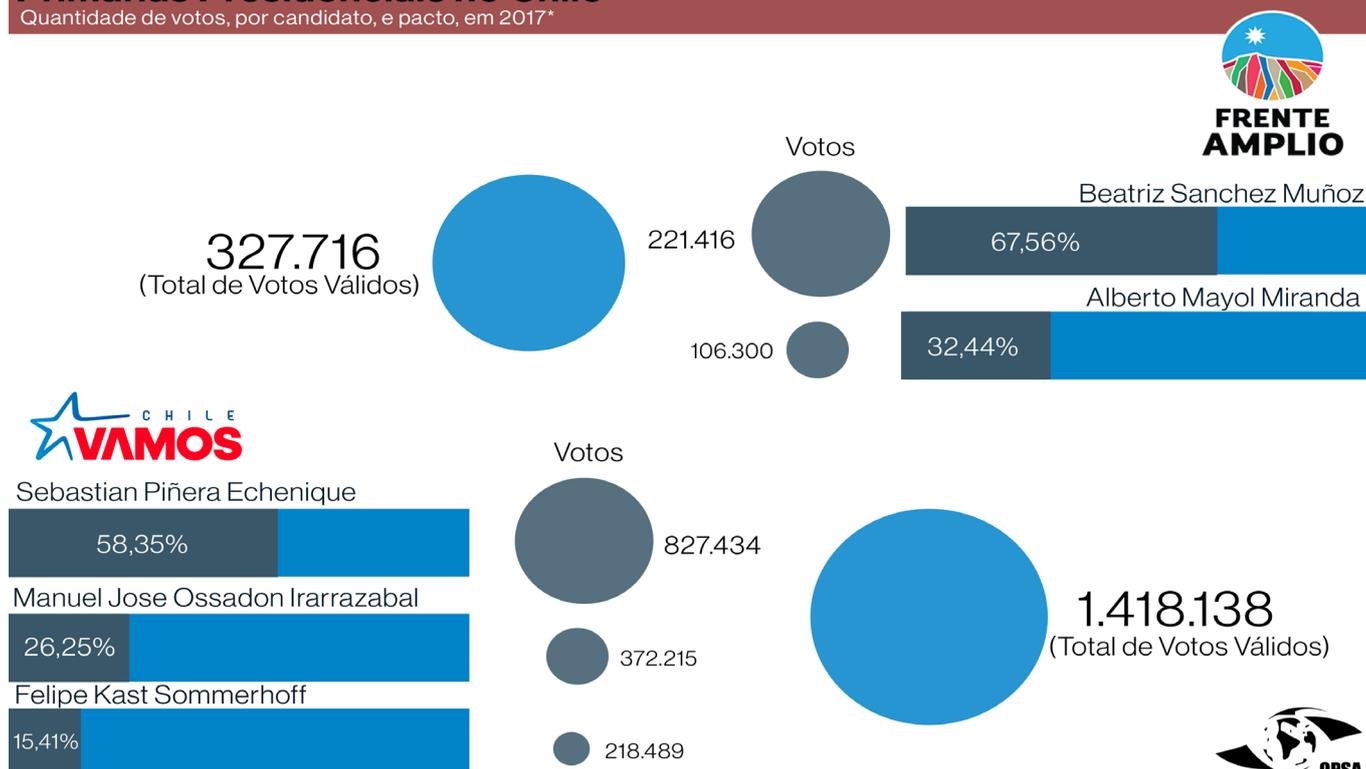
Os resultados das eleições primárias e as definições das candidaturas apontam para um provável retorno de Piñera, que até o momento lidera as pesquisas de intenção de voto à Presidência da República. Além disto, duas transformações importantes vêm se consolidando no sistema político chileno: a emergência de uma nova coalizão política, a Frente Ampla, com o objetivo de colocar-se como uma alternativa às duas coalizões tradicionais no Chile, o Chile Vamos e a Nova Maioria; e o colapso da Nova Maioria, com a saída do PDC da coalizão. A confirmação destas transformações depende de uma análise criteriosa, a ser realizada após os resultados das próximas eleições.

11 A pesquisa, realizada com votantes prováveis, justifica-se pelo voto no Chile ser facultativo desde 2011. A pesquisa, realizada com votantes prováveis, justifica-se pelo voto no Chile ser facultativo desde 2011.

12 El Mercurio. Fin al sistema binominal: los cambios que instaurará el nuevo modelo electoral, 27/04/2015. Disponível em: <<http://www.emol.com/noticias/nacional/2015/04/27/714431/fin-al-binominal-conozca-el-detalle-de-los-cambios-que-instaura-el-nuevo-sistema.html>>. Acesso em 17/07/2017.

## Primárias Presidenciais no Chile

Quantidade de votos, por candidato, e pacto, em 2017\*



\*Infográfico produzido por pesquisadores OPISA. Dados coletados em: "Servicios Electoral de Chile" (servelecciones.cl)